



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/06/2016 - Telesíntese

Oi e credores não chegam a acordo

Credores propuseram reemissão de R\$ 9 bilhões da dívida e 95% de participação na companhia, diluindo montante dos controladores atuais a apenas 5%.



A operadora brasileira Oi anunciou hoje, 17, que não chegou a acordo com credores para reestruturar sua dívida, que no último trimestre somava o valor bruto de R\$ 49,37 bilhões.

“Embora as negociações entre o Comitê e a Companhia continuem no futuro, não é possível assegurar que as negociações continuarão ou, caso continuem, que as mesmas irão resultar em um acordo com relação aos termos de uma Transação”, diz a companhia, em comunicado.

A Oi deu alguns detalhes das negociações. Diz que entregou aos credores relação com detalhes sobre o endividamento. Afirma que 60% dos seus recebíveis estão penhorados a bancos brasileiros. Os credores entregaram à Oi uma proposta de reestruturação que, segundo a companhia, ainda não foi respondida.

A divulgação faz parte das obrigações legais assumidas no início da negociação, de que os termos seriam divulgados após “um certo período”.

Negociação

A proposta da Oi foi de redução de 50% da dívida com a conversão em 50% de equity. Aos bancos, a intenção era alongar o pagamento das dívidas e can-

celar amortizações de juros por, pelos menos, quatro anos. Ao todo, essas medidas afetariam R\$ 16,86 bilhões, dos quais, R\$ 4,4 bilhões seriam de dívidas com Banco do Brasil, R\$ 1,85 bi com Caixa e R\$ 3,26 bilhões com BNDES.

Os documentos da negociação foram publicados pela Oi aqui. Com isso, os custos da dívida cairiam de R\$ 6,5 bilhões em 2016 para R\$ 160 milhões em 2018. E a dívida líquida encerraria o ano em R\$ 16,45 bilhões – atualmente é de R\$ 40 bilhões. A alavancagem, então, ficaria em 2,3x (dívida líquida sobre o EBITDA).

A proposta dos credores da Oi previa que a empresa emitisse novas séries de bonds, que substituiriam os papéis atualmente detidos pelos credores, e com valor de R\$ 9 bilhões. 95% dos credores deveriam aderir a esta emissão. Se concretizada, alongaria o prazo de pagamento da dívida em seis anos, eximiria a empresa de amortizar juros por sete anos, com taxas de juros negociadas caso a caso.

Além disso, os donos dos bonds receberiam 95% de participação na Oi, deixando os atuais controladores com não mais que 5% da operadora. Se fechado o acordo, os credores deveriam concordar com a possibilidade de uma recuperação extrajudicial. E receberiam um plano para uma recuperação judicial, caso a extrajudicial falhasse. A companhia, caso concordasse, divulgaria a solução a partir de 18 de julho.

A Oi não divulgou, no entanto, os motivos que a levaram a recusar o acordo. Na sexta-feira da última semana, Bayard Gontijo, o CEO da empresa, que participava das conversas com os credores em Nova York, renunciou ao cargo. O mesmo fez Robin Bienenstock, conselheira independente, que não concordou com a renúncia de Gontijo. Rumores indicam que os controladores portugueses da Pharol/Bratel rechaçaram a negociação.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/06/2016 - Telesíntese

A frustração da renegociação da dívida da Oi acende o sinal vermelho no mercado

Consultores e analistas avaliam que até o dia 10 de julho a situação estará definida. E apostam na alta probabilidade de que a concessionária tenha que requerer a recuperação judicial, o que lhe daria fôlego para fazer uma negociação com os credores até março de 2017, em termos mais próximos ao que propôs e não foi aceito pelos credores.

Desde o pedido de demissão de Bayard Gontijo, que deixou a presidência da Oi em 10 de junho, mercado e governo, que ainda tinham esperanças na renegociação da dívida da Oi, passaram a temer que a saída para a crise financeira atravessada pela empresa não fosse outra que não a recuperação judicial. A divulgação hoje, 17, pela operadora de que não conseguiu fechar o acordo de renegociação da dívida com seus credores, que queriam a emissão de novos bônus num processo em que passariam a controlar 95% da empresa, matou as poucas esperanças que restavam.

A avaliação, no governo e no mercado, é de que existe uma chance altíssima de a concessionária, presente em todo o país à exceção do estado de São Paulo, ir à recuperação judicial. O processo, avaliam fontes ouvidas pelo Tele.Síntese, daria um prazo maior para a Oi negociar com seus credores, os bancos, a repactuação da dívida (no último trimestre a dívida bruta somava pouco mais de R\$ 49 bilhões). Isso porque o juiz tem dois meses para aceitar o pedido de recuperação judicial e, a partir daí, a empresa tem seis meses para repactuar suas dívidas, o que poderia fazer num contexto mais próximo do que propôs aos credores: redução de 50% da dívida com a conversão em 50% de equity. Aos bancos, a intenção era alongar o pagamento das dívidas e cancelar amortizações de juros por,

pelo menos, quatro anos. Ao todo, essas medidas afetariam R\$ 16,86 bilhões, dos quais, R\$ 4,4 bilhões seriam de dívidas com Banco do Brasil, R\$ 1,85 bi com Caixa e R\$ 3,26 bilhões com BNDES.

A avaliação de alguns consultores é de que, nesse contexto, ela teria condições de tocar a operação, já que conta com um caixa de R\$ 8 bilhões – e o mínimo necessário para manter seus serviços em operação é de R\$ 6 bilhões. Mas, todos lembram que a recuperação judicial, embora não seja o fim do mundo, tem um forte impacto na imagem da empresa que lança mão do recurso.

Pelo fato de o tema ser extremamente sensível – e de haver ainda uma remotíssima chance de uma renegociação –, a Anatel não se pronuncia sobre o tema. Procurado, o presidente da agência, João Rezende, disse que não falaria. Mas é do conhecimento público que a Anatel vem monitorando os problemas financeiros da Oi por meio de uma consultoria externa.

Se vier a ocorrer a recuperação judicial, a agência vai agir de acordo com a LGT. E a intervenção é medida extrema, que não está sendo pensada pois os indicadores da Oi, à exceção de seu problema financeiro, não fogem à média das demais empresas.

Agora é esperar os próximos fatos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/06/2016 - Telesíntese

As previsões da Oi para os resultados financeiros até 2018

Empresa divulgou projeções de crescimento pelos próximos anos, mas abaixo da inflação no período. Também mostrou algumas das metas de crescimento em FTTH, 3G, 4G e backbone.

Parte das negociações entre a Oi e credores, divulgada hoje, 17, pela companhia, traz projeções dos balanços financeiros da operadora para os próximos trimestres de 2016 e para os anos de 2017 e 2018. O que se vê nos números é a aposta da companhia em continuidade do crescimento das receitas, mas abaixo dos índices de inflação – caso bem-sucedida em reestruturar a dívida.

A concessionária acredita que suas receitas vão cair 0,24% este ano, para R\$ 26,377 bilhões, e calcula que a inflação será de 6,5%. Para 2017, as receitas devem crescer 4,2%, para R\$ 27,5 bilhões, ano em que projeta inflação de 4,8%. Para 2018, prevê receita líquida de R\$ 28,6 bilhões, crescendo 4%, contra uma inflação estimada de 4,8%.

Em termos de investimento, prevê números menores que os da concorrência. Em 2016, diz que vai ter Capex de R\$ 5,26 bilhões, 30% maior que em 2015. O valor vai regredir nos anos seguintes, para R\$ 5,178 bilhões em 2017 e R\$ 5,1 bilhões em 2018.

O fluxo de caixa deve ser negativo no segundo trimestre deste ano, em R\$ 646 milhões. No terceiro e no quarto trimestre, porém, deve haver recuperação, com fluxo positivo em R\$ 427 milhões e R\$ 777 milhões, respectivamente. O fluxo de caixa deve terminar este ano negativo em R\$ 398 milhões, mas fica positivo em R\$ 1,5 bilhão em 2017 e em R\$ 2,6 bilhões em 2018.

Somando ao fluxo de caixa os custos com o endividamento, a situação piora muito. O fluxo de caixa total, adicionando-se o pagamento de bonds, de juros e de contratos de hedge, pode terminar o ano em saldo negativo de R\$ 11,78 bilhões. Voltaria ao azul em 2017, para R\$ 1,3 bilhão, e seria negativo em R\$ 178 milhões em 2018.

A empresa acredita que terá EBITDA de rotina de R\$ 1,64 bilhão no segundo trimestre deste ano, de R\$

1,76 bilhão no terceiro trimestre, e de R\$ 2 bilhões no quarto, resultando em R\$ 7 bilhões. Para o ano que vem, estima EBITDA de R\$ 7,76 bilhões, e para 2018, de R\$ 8,58 bilhões.

Infraestrutura

A companhia destaca que tem 330 mil km de fibra instalada no país, e tem operações em 5,477 cidades, número sete vezes maior que a segunda maior concessionária do país. Em cobre, tem 45 milhões de homes passed, oferta de banda larga fixa em mais de 4,7 mil cidades, e de quad-play em mais de 2 mil cidades.

Gostaria, ainda, de chegar a 2018 com crescimento de 10x na quantidade de FTTH, atingindo 1,020 milhão clientes. No 3G, pretende passar de 1.280 cidades atendidas, para 2.957. Em 4G, espera passar de 133 no final de 2015, para 808 cidades em 2018. Também consta dos planos ampliar a capacidade do backbone IP dos 3,3 Tbps para 8,8 Tbps.

Processos judiciais

A empresa divulgou, ainda, que correm na Justiça brasileira nada menos que 817.252 ações contra si, que somariam R\$ 36,12 bilhões. A maioria (468.813) de baixo valor, corre em tribunais de pequenas causas, e somam R\$ 370 milhões. Mas há processos trabalhistas, com o governo, e tributários, que elevam em muito o total.

Apenas as ações tributárias têm potencial de afetar o caixa da operadora em R\$ 25,66 bilhões, e são reflexa da ainda falta de consenso jurídico entre quais serviços devem coletar ICMS. Além disso, até 2006, compensações e créditos tributários da empresa foram negociados sem o registro adequado, e totalizam risco de R\$ 5 bilhões. A companhia tem, provisionados, R\$ 5,56 bilhões para pagamentos das ações judiciais e R\$ 14,38 bilhões em depósitos judiciais.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/06/2016 - Telesíntese

Telefônica vai pagar R\$ 136,85 milhões em juros sobre capital

Pagamento se refere aos resultados apurados até 31 de maio, e beneficiará acionista com papéis da companhia em 30 de junho.

A Telefônica Brasil vai distribuir o equivalente a R\$ 136,85 milhões em juros sobre capital próprio entre os acionistas. O valor foi calculado com base no balanço de 31 de maio. Os donos de ações ordinárias vão receber R\$ 0,07600126084, já descontado o imposto de renda na fonte.

Quem tiver ações preferenciais receberá R\$ 0,08360138692 por papel. Terão direito à distribuição os acionistas que tiverem em carteira as ações da companhia em 30 de junho. O pagamento acontecerá apenas em 2017.

19/06/2016 - Portal Vermelho

Empresas investigadas na Lava Jato representam 14% do PIB



As empresas investigadas por duas das principais operações realizadas pela Polícia Federal atualmente no Brasil, Lava Jato e Zelotes, representam, juntas, 14% do PIB, aponta um levantamento realizado pelo jornal O Estado de S. Paulo. As receitas das 32 companhias somam cerca de R\$ 760 bilhões.

Reportagem de Fernando Scheller e Monica Scaramuzza traz a opinião de analistas sobre os números e o impacto que essas investigações podem trazer para a economia brasileira.

"Não é um número desprezível. Se considerado o impacto indireto sobre a cadeia do petróleo e construção pesada do País, o estrago é chocante, de proporções incomensuráveis", analisa o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados. "A questão que fica é: quais serão os impactos para o País, olhando daqui pra frente?", pergunta ele.

O texto também traz a dimensão de quão devastadores foram esses efeitos para as próprias empresas – muitas quebraram, tiveram que vender ativos e outras entraram em recuperação judicial, isso sem falar nas milhares de demissões. De acordo com dados da Força Sindical, um milhão de trabalhadores foram mandados embora.

18/06/2016 - Vermelho

Débitos de 135 maiores devedores pagariam com folga déficit fiscal

O déficit previsto pelo governo interino de Michel Temer, de R\$ 170,5 bilhões, seria coberto com folga se as 135 pessoas físicas e jurídicas que mais devem impostos federais quitassem suas dívidas, estimadas em R\$ 272,1 bilhões.



Os maiores devedores são as indústrias de transformação, responsável por 27,4% do débito total. As empresas de comércio e reparação de veículos aparecem na sequência, com 23,59% da dívida, informa o jornal Folha de S.Paulo.

Cerca de 41,85% das dívidas estão em São Paulo, seguido de longe por Rio de Janeiro, com 16,71%. A lista foi formulada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diz a Folha de S.Paulo.

Em maio, o governo anunciou que a meta fiscal de 2016 terá um déficit primário recorde de R\$ 170,5 bilhões. A solução encontrada pelo interino foi o anunciar o envio de um projeto para o Congresso que

altera a Constituição para criar um teto para o crescimento dos gastos, o que pode afetar áreas sociais.

A ideia é que os percentuais obrigatórios para setores como saúde e educação possam ser alterados para se adequar ao crescimento da inflação do ano anterior.

Outras medidas impopulares também estão em discussão, como aumento de impostos e reforma da previdência. "As despesas do setor público estão em trajetória insustentável. Lá na frente, vamos condenar o povo à dificuldade extraordinária", argumentou Temer.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/06/2016 - CUT

Alto custo do trabalhador é mentira de empresário e golpista

Para presidente da CUT, proposta de acabar com carteira de trabalho é contrapartida a quem financiou impeachment e não favorece competitividade

Enquanto observa o núcleo gestor do golpe derreter – três ministros deixaram o cargo em 34 dias por denúncias de envolvimento em esquemas de corrupção –, Michel Temer busca acelerar o pagamento a quem financiou o impeachment.

Para o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, a declaração do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, de que é preciso flexibilizar os direitos trabalhistas para dar conta da “competitividade que se estabeleceu para se ter emprego” apenas confirma o que a Central já alertava desde o início do impeachment.

“Os golpistas perderam a vergonha de dizer a que vieram. A CUT sempre alertou que o grande objetivo ao tirar a presidenta Dilma Rousseff era tirar da frente qualquer empecilho ou resistência para acabar com a carteira assinada e os direitos trabalhistas. Se já ficou claro que a luta contra a corrupção era uma mentira, e vimos aí o terceiro ministro cair em um mês, agora também não resta dúvidas de que esse governo trabalha exclusivamente para os empresários”, apontou.

A falácia do custo da mão de obra

Um estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), de 2016, ressalta que há outros fatores que impactam muito mais o custo para o desenvolvimento do que os encargos trabalhistas. Além da conta ser um ‘jeitinho’ de arrumar argumentos para a tese.

Além do elevado nível da taxa básica de juros (taxa Selic), o chamado spread bancário brasileiro, a diferença entre as taxas de captação e a taxa de empréstimo dos bancos, está entre os mais elevados na comparação internacional. Fator que determina uma forte contenção do crédito ao consumidor e às empresas e afeta a atividade econômica,

ressalta o levantamento.

Em relação aos encargos, propriamente ditos, e ao discurso de nomes como o do professor José Pastore, assessor empresarial e fonte preferida da velha mídia, “o Brasil é um país de encargos altos e salários baixos, o que faz o trabalhador receber pouco e custar muito para a empresa”.

Pastore aponta que um trabalhador contratado por R\$ 1.000 custaria R\$ 2.020 para o empregador por conta dos encargos sociais. Mas o Dieese e pesquisadores da Unicamp (Universidade de Campinas), concluem que o peso dos encargos sociais é de 25,1 % sobre a remuneração total do trabalhador. Por esse raciocínio, salário é a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador como contraprestação pelo seu serviço ao empregador.

A remuneração, define o estudo, é dividida em salário contratual recebido mensalmente, inclusive nas férias, o salário diferido (ou adiado), recebido uma vez a cada ano (13º salário e 1/3 de férias) e o salário recebido eventualmente (FGTS e outras verbas rescisórias).

A partir dessa avaliação, dentro de um custo total do trabalho de R\$ 1.538, R\$ 1.229,11 corresponderiam à remuneração total e somente R\$ 308,89 aos encargos sociais, muito aquém dos 102% do cálculo de Pastore.

Contribuição social – Outro ponto definido pelo levantamento do Dieese é que esses encargos ajudam a financiar a Previdência Social e programas educacionais. Além de serem fundamentais para a geração de trabalho decente em toda a cadeia produtiva que se beneficia de desonerações.

Leia mais em:

<http://www.cut.org.br/noticias/alto-custo-do-trabalhador-e-mentira-de-empresario-e-golpista-c5bb/>